



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER FAVORÁVEL Nº 525/2021

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4171/2021

RELATOR: YURI MOURA

**Ementa:** DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DOS CONTEÚDOS DE PROTEÇÃO, GUARDA RESPONSÁVEL E DIREITOS DOS ANIMAIS NOS PROGRAMAS CURRICULARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## **I - INTRODUÇÃO**

Trata-se de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação acerca do Projeto de Lei de autoria do Ilmo. senhor vereador Domingos Protetor que dispõe sobre a inclusão dos conteúdos de proteção, guarda responsável, e direitos dos animais nos programas curriculares da rede municipal de ensino de Petrópolis e dá outras providências.

De acordo com justificativa do próprio autor, este projeto busca sensibilizar os alunos e a comunidade escolar acerca da proteção, da guarda responsável e dos direitos dos animais, bem como valores éticos e humanitários que possibilitem atitudes de compaixão, respeito, senso de responsabilidade e dever com todos os seres vivos.

## **II - FUNDAMENTO**

Em primeira análise, é importante observar o que diz a Constituição Federal em seu artigo 22, inciso XXIV:

**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

Há ainda, na mesma Constituição, uma seção específica sobre tal temática que vai dos artigos 205 até 214. Cabe mencionar alguns desses, que importam para nossa análise:

**Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Entretanto, cabe considerar também que a União legislou sobre as matérias em discussão através da Lei nº 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E é exatamente na LDB que encontramos uma informação importante para nossa análise, presente em seu art. 9º, inciso IV

**Art. 9º** A União incumbir-se-á de:

(...)

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Fica claro que, muito embora seja competência da União a elaboração curricular, esta tarefa pode contar com a colaboração dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Nesse sentido, não obstante parecer opinativo contrário do departamento jurídico desta casa, consideramos a presente proposição bastante positiva para esta municipalidade e entendemos que ela não apresenta inconstitucionalidade, nem vício formal.

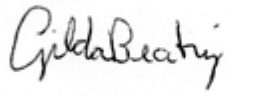
### III - CONCLUSÃO / PARECER DAS COMISSÕES

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Vogal) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões em 09 de Junho de 2021



GIL MAGNO  
Presidente



GILDA BEATRIZ  
Vogal



DR. MAURO PERALTA  
Vogal



YURI MOURA  
Vogal